

A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA EM LARANJEIRAS DO SUL/PR

Fábio Luiz Zeneratti¹
Viviane Pereira Duarte²
Marconielson Martins³

Resumo

O desenvolvimento capitalista tem colocado obstáculos para a territorialização dos sujeitos do campo, as estratégias de superação destas barreiras tem sido diversas, são os posseiros se recusando a reconhecer a propriedade privada capitalista da terra, são os indígenas lutando por seus territórios, são os camponeses proprietários se reproduzindo no interior das relações monopolísticas do capital, são os camponeses sem terra lutando pela terra de trabalho. Estes últimos, em especial, são o objeto deste trabalho, que busca demonstrar como os camponeses sem terra do Acampamento Recanto da Natureza se organizaram e lutaram, e ainda lutam, para conquistar aquela fração do território capitalista.

Palavras-chave: Acampamento, Luta pela terra, Campesinato.

Introdução

O desenvolvimento capitalista brasileiro impôs aos camponeses a necessidade contínua de luta pela terra, trata-se de um processo histórico marcado pela constituição de bloqueios para o acesso à terra de trabalho, são bloqueios por vezes econômicos, mas sempre resguardados legalmente.

A Lei de Terra (Lei 601/1850) é uma expressão disso, pois ao determinar a compra como única forma de acesso a terra no Brasil, impôs um bloqueio aos camponeses, por um lado econômico, uma vez que sem recursos financeiros a compra se torna expediente dos mais difíceis, por outro, jurídico, pois a lei regula a forma de acesso e coloca o Estado como guardião destes dispositivos, nestes termos o título se torna mais importante que a posse e o uso.

O título da terra, ou seja, o seu reconhecimento como propriedade privada, nos termos expressos por Marés (2003), assumi o sentido de direito absoluto, entretanto os camponeses

¹ Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul. E-mail: fabio.zeneratti@uffs.edu.br

² Acadêmica do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul. E-mail: vivianepereiraduarte@hotmail.com

³ Acadêmico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul. E-mail: marconielsonmartins@gmail.com

criam e recriam estratégias para superar este limite, um deles é a formação de acampamentos, resultado da espacialização da luta pela terra, como assevera Fernandes (1996).

A proposta deste trabalho se insere justamente neste debate, afinal busca dar relevo as estratégias de luta desenvolvidas pelos camponeses do Acampamento Recanto da Natureza, localizado no município de Laranjeiras do Sul, mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, para remover o bloqueio da propriedade privada capitalista da terra.

Para este desafio científico a metodologia utilizada consistiu em um cuidadoso trabalho de gabinete, buscando ampliar o referencial teórico sobre a temática, seguido por um minucioso trabalho de campo, fase esta que ainda está em processo, cujo objetivo é identificar as estratégias camponesas de luta pela terra.

As entrevistas não padronizadas foi o instrumento de coleta de dados escolhido, este instrumento se contrapõe aos questionários rígidos, ademais como destaca Andrade (2003) este tipo de entrevista proporciona liberdade ao entrevistado, pois as questões não são fechadas. Este caminho metodológico também requer racionalidade quanto ao tratamento das fontes orais, por este motivo a apresentação das contribuições de campo são identificadas no trabalho somente pela inicial do primeiro nome do entrevistado, garantido assim o semianonimato.

Espera-se com estes encaminhamentos metodológicos contribuir, mesmo que modestamente, para a compreensão das estratégias camponesas utilizadas para romper com o bloqueio da propriedade privada capitalista da terra e acessar a terra de trabalho, morada e vida.

A luta pela terra e a formação do MST no Brasil

Antes de nos debruçarmos sobre o caso do Acampamento Recanto da Natureza, objeto de estudo deste trabalho, é necessário entender o processo de interdição que os camponeses estão submetidos na sociedade capitalista. Da mesma forma, é oportuno destacar o papel dos movimentos sociais na contestação destes bloqueios.

O campo brasileiro apresenta níveis de concentração fundiária altíssimos, os dados do último censo agropecuário mostram que a terra está sob controle de poucos, uma vez que 47,86% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de apenas 2,36% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000

hectares ocupam uma área de 44,42% do total, mesmo representando apenas 0,91% dos estabelecimentos (IBGE, 2006).

Neste cenário concentracionista, há uma gama de camponeses sem terra que buscam a terra de trabalho, mas invariavelmente se deparam com o bloqueio exercido pelos latifúndios. Assim a reforma agrária assume relevância e as estratégias de luta empreendidas pelos movimentos sociais também, principalmente frente às derrotas que os projetos populares de redistribuição fundiária sofreram no final do século XX, como destaca Oliveira (2007).

Com a derrota da reforma agrária na Constituinte de 88 e com o fracasso do I-PNRA, os nascentes movimentos sócio-territoriais caminharam para se constituir nos novos personagens da cena política nacional. Seu único caminho foi a luta pela terra. A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social (OLIVEIRA, 2007, p. 130).

Os conflitos gerados pelo direito de posse das terras brasileiras não são fatos recentes, pelo contrário, fazem parte do processo de ocupação do país e continuam em curso, a exemplo das lutas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, a dos posseiros contra a ação ilegal dos grileiros, entre tantos outros.

Em meio as diversas lutas no campo, especialmente as levadas a cabo pelos trabalhadores camponeses após a década de 1950, vai ser fundado em Cascavel (PR) no ano de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que toma como forma de pressionar o governo a ocupação de latifúndios (OLIVEIRA, 1988).

O nascimento do MST é resultado da intensificação das lutas no campo a partir da década de 1970, que até então eram lutas localizadas, como as ocupações realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, quase todas contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975.

Para Fernandes (1996) o MST nasce num momento de enfrentamento e resistência ao modelo de desenvolvimento agropecuário que o Brasil adotava, sobretudo o caminho traçado pelo regime militar: “esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 1996, p. 66).

No que se refere à CPT, ela fomentou alguns encontros nacionais no sentido de promover a reflexão sobre a luta pela terra, mas vai ser em 1984 que acontecerá o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e com isso, a consolidação da articulação nacional das

lutas pela terra, se até então tínhamos movimentos localizados e lutas isoladas a partir desse momento elas passaram a acontecer de forma coordenada.

Este encontro é o marco do nascimento do MST, momento no qual foram definidos os princípios do Movimento, que passou a atuar nacionalmente. A história de luta e organização deste movimento tem lhe conferido importância social e política de relevo no Brasil, pois é um dos responsáveis por colocar o tema da reforma agrária nos debates políticos.

O Movimento dos Sem-Terra se espacializou, colocou em evidência o que acontecia no campo, não só travando lutas pela terra fora das cidades, mas trazendo para dentro delas suas lutas, por meio de ocupações de órgãos públicos, caminhadas, marchas, e outras manifestações. Assim, expuseram sua condição de sem terra e com isso construíram a possibilidade de territorialização dos camponeses envolvidos, mesmo contrariando os interesses de uma minoria latifundiária que luta contra a reforma agrária.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, [...] investiram inclusive com meios violentos no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais (FABRINI, 2003, p. 98).

A violência contra os camponeses organizados em movimentos sociais foi um dos expedientes mais utilizados pelos latifundiários, segundo Fernandes (2000, p. 198) de 1985 a 1990 foram assassinados 585 trabalhadores rurais, enquanto em toda ditadura militar foram assassinados 884. Isso mostra que a repressão aos movimentos não diminuiu na “Nova República”, pelo contrário, as perseguições aos integrantes dos movimentos sociais rurais se intensificaram.

É importante destacar que a ofensiva contra o MST já se torna histórica, no governo do Presidente Collor a estratégia foi tentar subornar as lideranças do Movimento, isso no sentido de desmoralizá-los e diminuir sua força. Ademais, esta é uma ação que gera na opinião pública grande repercussão, pois associa a imagem dos camponeses a corruptos e oportunistas.

Já o presidente Fernando Henrique entrou para a história pela ofensiva violenta sobre os movimentos, inclusive com emprego da força policial, a maior expressão dessa violência foi o massacre de Eldorado do Carajás (PA), que resultou na morte de 19 camponeses. Além de outras medidas para acabar com os camponeses e com os movimentos sociais do campo.

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003 não significou avanços significativos para a reforma agrária, contrariando o que muitos esperavam. Para Oliveira (2007) o governo Lula se valeu de estratégias contábeis para indicar que a reforma avançava como previsto no II Plano Nacional de Reforma Agrária, editado em sua gestão, quando na verdade caminhava lentamente.

Situação que não mudou no governo Dilma Rousseff, também do PT, a manipulação dos dados continuou e a parca reforma agrária também. Evidentemente que este cenário pode mudar, entretanto, para pior, pois em 2016 assumiu o poder o Presidente Temer, vice de Dilma, fruto de um golpe orquestrado pela burguesia e executado por seus representantes no Congresso Nacional.

Neste contexto, o papel do MST na luta pela terra é de extrema importância, pois mesmo sendo constantemente atacado, ora por fazendeiros que tiveram seus latifúndios ocupados, ora por lideranças políticas que por motivos diversos não executam uma reforma agrária massiva, vai se mantendo firme na luta, afinal já são 33 anos de atuação, reinventando estratégias de ação e se mantendo como frente de oposição aos capitalistas e rentistas do campo.

A importância do MST, e dos demais movimentos sociais, no que se refere à reforma agrária, foi evidenciada por Fernandes (1996, p. 242), pois o pesquisador destaca que no estado de São Paulo em meados da década de 1990, 90% das conquistas de terras resultaram da ocupação de terras e apenas 10% de projetos do Estado. Ou seja, é pela luta que se faz a reforma agrária, este é o caminho que o Movimento deve retomar, tendo em vista que nos últimos anos tem buscado a conquista da terra subvencionada pelo Estado, ou seja, a disputa tem acontecido por dentro do Estado, tema para um próximo trabalho.

Territorialmente falando, a luta dos camponeses é efetivamente para conquistar uma fração do território capitalista, para entrar na terra que tem sido mantida improdutivo, voltada para reserva de valor, é lutar para conquistar autonomia, negando a condição de expropriado. Enfim, temos que ressaltar que o MST não é, e não foi, o único movimento social do país, mas conseguiu espacializar-se como outros nunca haviam feito.

A história da questão agrária no Brasil tem revelado que na atualidade o MST é a face moderna do Brasil, é a parte deste país que está em luta. É o Movimento que, por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, pois se trata de um Movimento da cidade para o campo. É um movimento que contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também, um movimento que busca a construção de uma nova sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 144).

A conquista do território pelo camponês sem terra significa a realização do projeto de existência do MST, pois como foi definido no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os objetivos do movimento são: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados ou exploradores.

A história do Movimento é marcada por conquistas importantes neste sentido, entre elas, a de maior relevância são as terras conquistadas dos latifúndios que agora são territórios livres para inúmeras famílias, onde há possibilidades dos camponeses se realizarem como classe, e assim sendo, criar condições para sua reprodução.

Contudo, para se chegar ao assentamento o desafio não é pequeno, passa pela decisão de lutar e pela capacidade de organização dos sujeitos envolvidos. O modelo de luta principal do MST é o acampamento, trata-se de uma fase anterior ao assentamento, normalmente marcada por privações de toda natureza.

Um destes acampamentos faz parte do escopo deste trabalho, sendo oportuno evidenciar as estratégias desenvolvidas pelos camponeses no processo de luta pela terra, o que será apresentado a seguir.

A luta pela terra no Acampamento Recanto da Natureza

O Acampamento Recanto da Natureza surgiu da decisão dos camponeses em lutar pela terra de trabalho, contudo, tal decisão não é simples, representa transformar a própria vida, como afirma Fernandes (2000). A luta é resultado último de um longo processo de tomada de consciência política, que no caso em questão resultou na ocupação da fazenda denominada Rio Verde. A ocupação da área ocorreu mais precisamente no dia 30 de Março do ano de 1999, participaram desta ação 46 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No mesmo ano foi formada a Comunidade, como destaca uma das camponesas acampadas:

A comunidade Recanto da Natureza foi fundada em 1999 por 28 famílias de origem camponesa da região em decorrência do processo de organização e luta pelo acesso a terra. As famílias ocuparam a área da antiga fazenda Rio Verde, antes improdutiva, passando a cultivar milho, feijão, arroz, mandioca, batata-doce, criação de suínos entre outros. Além da produção de alimentos destaca-se a produção de leite como

principal fonte de renda para as famílias camponesas (Sra. A. camponesa membro da coordenação do acampamento).

Analisando os dados de campo a luz do conhecimento já produzido, é possível afirmar com base em Fernandes (2000, p. 74) que o tipo de ocupação ocorrido na Fazenda Rio Verde pode ser considerado como “ocupação de uma área determinada”, que é caracterizada pela definição da quantidade de pessoas mobilizadas para a ação condicionada pelo tamanho da área. Como neste caso se tratava de uma área mediana, aproximadamente 340 hectares, dos quais 72 são de áreas de preservação, conseqüentemente vieram apenas 46 famílias para a ocupação.

Esta forma de ocupação tem o objetivo de conquistar a terra, mas não de assentar no local todas as famílias que participaram da luta, as remanescentes partem para outros desafios, nestes termos ficaram no acampamento somente as famílias que poderão ser assentadas no local, portanto, atualmente o acampamento conta com 22 famílias.

Já no início da organização do acampamento um desafio se apresentou aos camponeses. O MST busca organizar as famílias acampadas considerando possíveis retaliações dos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, por este motivo evita dividir as famílias nos lotes, pois considera que agrupadas o acampamento oferece maior segurança. Aqui significou uma parcial ruptura com as orientações do Movimento, pois os camponeses decidiram dividir a terra em lotes e começar a plantar e viver na terra, e da terra.

É importante destacar ainda, que tal ruptura se estendeu ao Estado, pois a revelia dos processos legais para a desapropriação da área e formação do assentamento, os camponeses decidiram não esperar pela regularização da terra para começarem a constituir a comunidade, inclusive formaram uma associação para organizar a produção, a comercialização e a vida social no acampamento. Esta sem pormenores é a mais salutar das estratégias de luta com vistas à territorialização dos camponeses envolvidos.

Evidentemente que a importância da associação no momento da circulação da produção é de relevo, e poderíamos destacar diversas delas, mas vale destacar neste momento uma em especial. A associação auxilia no acesso aos programas institucionais, que se constituem em vias perenes de comercialização, garantindo mercado para os produtos camponeses.

Ademais, os programas evitam que parte da renda camponesa seja drenada pelo capital comercial ou industrial, que atuam na circulação da produção, seja por meio dos

atravessadores que captam a produção para posterior industrialização ou pela atuação das redes de supermercados locais, que rebaixam os preços camponeses para se apropriarem de parte da renda da terra produzida pelo trabalho familiar.

O programa pelo qual se valem os camponeses do Recanto da Natureza é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de um programa do governo federal, mais conhecido como Merenda Escolar, mas que atua de forma descentralizada. Os recursos repassados pela União e pelos Estados são administrados pelos Municípios que realizam as compras de alimentos para comporem as merendas das escolas públicas, respeitando as especificidades locais.

Uma parte da produção também segue para as feiras livres no município de Laranjeiras do Sul, além da comercialização no Mercado Municipal, localizado na sede do município. Evidentemente que o autoconsumo também não é desprezado pelos camponeses, uma parte da produção fica no acampamento para atender as necessidades das famílias acampadas, expediente dos mais necessários para a continuação da luta pela conquista definitiva da terra de trabalho.

Outra estratégia de luta adotada pelos camponeses foi a implantação de uma agroindústria no acampamento, com o objetivo de agregar valor a produção e evitar os desperdícios, pois muitos produtos agrícolas produzidos são altamente perecíveis, como os da horta, por exemplo. Atualmente são processados no acampamento diversos produtos, como pães, salgados, legumes, mel, entre outros.

Esta estratégia representa ainda uma maior capacidade de jogar com o mercado, uma vez que os produtos industrializados podem ser armazenados por períodos maiores, evitando a necessidade de comercializa-los a preços muito baixos sob pena de perder toda a produção, expediente que os atravessadores que atuam no circuito comercial sabem usar muito bem, especialmente em momentos de maior produção, quando a oferta aumenta e eles depreciam os preços ao extremo.

No que pese os avanços na luta pela terra alcançados pelos camponeses do Acampamento Recanto da Natureza, seu vínculo com a terra ainda é precário, afinal o assentamento não foi oficializado pelo Estado, isso é algo a ser superado, tendo em vista o que representa a terra para camponês.

Não podemos esquecer o que Moura (1986) nos demonstrou, o trabalho familiar é caracterizado pelo vínculo social do camponês com a terra, a família está inserida numa

dinâmica produtiva que busca a sua reprodução social e física. A fragilidade do vínculo com a terra é um limite à reprodução do campesinato, até o momento os camponeses tem adotado estratégias de reprodução que superam este limite, mas ele ainda está presente.

Para os camponeses este é o desafio a ser vencido, pois a produção já caminha, mesmo com dificuldades, na direção dos anseios dos acampados, como os dados preliminares de campo evidenciaram.

Em última instância, a consolidação da produção no acampamento retrata uma situação indicada por Moura (1986), trata-se de uma relação na qual o trabalho camponês abastece a casa, alimentando todos os seus membros, destina uma parte para outras pessoas e ainda se dedica às atividades que tem como fim principal o mercado. Portanto, não há como esperar, mesmo sem a posse definitiva da terra a família precisa sobreviver, essa é a motivação que move os camponeses do Recanto da Natureza, ela faz com que eles se lancem na produção e na circulação mediada pela associação, refutando esperar a regularização legal das terras pelo o Estado e contrariando as orientações do MST em não dividi-la.

Por outro lado, somente é possível compreender o papel da terra para os camponeses se considerarmos o papel da comida na unidade familiar. A comida assume na unidade camponesa a representação da fartura, como asseveram Paulino e Almeida (2010, p. 39): “[...] a comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho”.

Para Almeida (2006) a comida é dotada de uma espécie de linguagem simbólica, na qual além de não faltar na casa camponesa ainda expressa a solidariedade que muitas vezes ultrapassam a vizinhança.

Ademais, devemos acrescentar o que Woortmann (1990) afirmou:

Mostrei como a comida fala da família e, notadamente, da honra do pai. Já sugeri que comida, terra, trabalho etc., são categorias nucleantes de significados, interconectadas e cujo sentido está, justamente, nesta interconexão. [...] **Comida, trabalho e terra** são, como já disse, categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza (Woortmann, 1990, p. 37, grifo nosso).

Por fim, vamos nos valer da síntese elaborada por Almeida e Paulino (2010, p. 40): “[...] a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida,

lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fatura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo”.

A terra é fonte de vida para os camponeses, isso está demonstrado no Recanto da Natureza, pois o acesso a ela, mesmo que precário, significou a reprodução da família. E no processo de luta vão removendo o bloqueio da propriedade privada capitalista e se territorializando, são os camponeses que por ações seguem refutando as previsões que atestavam seu desaparecimento.

Considerações Finais

Em síntese, não é possível deixar de destacar que esta pesquisa, ainda em curso, se insere na tentativa de compreender a dinâmica capitalista que impõe aos camponeses a luta como caminho de acesso a terra, com isso não é possível negligenciar as estratégias por eles desenvolvidas. Compreendê-las certamente é uma das principais contribuições científicas a que nos propomos, cujo objetivo é tentar municiar os trabalhadores com a compreensão fina dos mecanismos de opressão, a fim de contribuir, mesmo que modestamente, com os parâmetros que necessitam para resistir, senão transformar a realidade circundante.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n 15, p. 59-85, 2000.

_____. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: < <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>> Acessado em: 10 jul. 2017.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve**, em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Papius, 1988.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Safe, 2003.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor, 2007.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.